

Ano novo, vida nova



DAVID
KUPFER

Com o significado de um chamamento para a retomada dos projetos destruídos ou interrompidos pelas contingências da vida, esse é um dos motes com o qual busca-se, na sabedoria popular, injetar novo ânimo naqueles que enfrentaram algum duro revés em um período final de ano. Diante do tombo tomado pela indústria em novembro de 2008 que, de acordo com os números recém-divulgados pelo IBGE, retraiu-se em 5,2% em relação ao mês anterior e em 6,2% ante novembro de 2007, deveria ser o caso de aplicá-lo também a empresas e países. Será?

As explicações para o tombo da atividade industrial em novembro são muitas. De modo geral, os setores mais dependentes de crédito, como as indústrias automobilística e da construção civil, sentiram mais fortemente a crise de liquidez, enfrentando uma súbita redução da demanda e o conseqüente aumento dos estoques. Evidentemente, a parada brusca dessas atividades afetou também os seus fornecedores, como atestam as grandes quedas experimentadas pela indústria da borracha ou de

tintas e vernizes. Os setores de bens de capital mecânicos ou de material eletrônico e de comunicações amargaram os efeitos da crise de confiança, que interrompeu um sem-número de planos de investimento que estavam em andamento. Já os setores de insumos básicos, mais dependentes das exportações, enfrentaram redução simultânea de preços e de quantidades no mercado externo, problema que afetou particularmente as commodities metálicas, porque essas também são muito utilizadas internamente na produção de automóveis, bens de capital e construção civil. Sentiram menos a crise as indústrias de alimentos, têxtil e calçados e demais atividades relacionadas aos bens não duráveis de consumo.

Esses últimos setores vinham crescendo em ritmo muito mais lento do que os demais, sugerindo que, permanecendo no campo da sabedoria popular, também pode ser aplicada a máxima "quanto maior a altura, maior o tombo". O significado prático dessa máxima seria o de que o ajuste da atividade industrial poderá ser rápido, propiciando a que a indústria volte a apresentar taxas positivas de crescimento em breve. Porém, projeções sobre o comportamento da indústria em 2009 devem tomar cuidadosamente em conta as possíveis trajetórias de quatro variáveis-chave: câmbio, juros, formação de capital e renda das famílias, todas elas pesadamente dependentes da

natureza e direção das políticas públicas ainda a serem adotadas e, portanto, ainda muito difíceis de serem antecipadas.

Em um cenário favorável, uma rápida retomada da produção industrial deveria contemplar as seguintes trajetórias: I) com relação à taxa de câmbio, é fundamental, acima de tudo, que se reduza a sua volatilidade, pois na economia brasileira essa é a condição primordial para o cálculo e tomada de decisões de produção e de investimento pelas empresas. Além de afetar negativamente o desempenho da balança comercial, uma taxa de câmbio volátil deprime o investimento devido a incertezas que cria sobre preços e quantidades vendidas nos mercados externo e interno, custos de produção, encargos financeiros das dívidas contraídas em moeda estrangeira, dentre outras variáveis básicas; II) com relação ao sistema financeiro, é necessário tornar o acesso a crédito mais favorável, incluindo não somente uma redução mais rápida da taxa de juros mas também a melhoria das condições, requisitos e contrapartidas que são exigidas para a obtenção dos empréstimos, especialmente, para as empresas de menor porte, para cuja consecução o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica podem exercer um papel fundamental; III) com relação à formação bruta de capital, cabe acelerar o ritmo dos investimentos públicos, articulando, se possível, as esferas federal, estadual e municipal, de

modo a preservar a taxa de investimento, compensando a retração dos investimentos privados que, como já se sabe, deverão permanecer mais reticentes pelo menos até o final do ano, especialmente no importante elenco de projetos que visavam exportação e que entraram em compasso de espera; e IV) com relação ao consumo doméstico, deve-se garantir a continuidade do processo de recuperação do valor real do salário mínimo, do emprego e da massa de salários em geral, bem como dos programas de transferência de renda, condições essenciais para dinamizar o mercado interno.

Cabe acelerar os investimentos públicos, articulando as esferas federal, estadual e municipal, compensando os investimentos privados

Independentemente das reais possibilidades de que todas essas trajetórias favoráveis venham a prevalecer, não se pode esquecer que, mesmo nesse cenário, será necessária uma enorme capacidade de resposta da indústria brasileira aos desafios implícitos em um novo modelo de crescimento econômico no qual a estrutura industrial estará apoiada em fontes distintas de dinamismo, com maior peso das atividades voltadas para o mercado interno e com um perfil das exportações menos

dependente de produtos básicos ou semi-manufaturados. Uma análise estratégica deve considerar que a principal força da indústria brasileira está na sua estrutura diversificada e no modelo fabril que se conseguiu preservar no país, no qual, mesmo que algumas cadeias produtivas tenham se fragmentado, muitas outras conseguiram preservar níveis mínimos de densidade. Já a principal fraqueza da indústria nacional para a consecução desse objetivo está na questão tecnológica, aí englobando desde a problemática da qualificação da mão-de-obra até a incipiente capacitação em P&D de nossas empresas e instituições científicas. É conhecida a característica estrutural da indústria brasileira segundo a qual a competitividade vai se reduzindo na medida em que se avança na cadeia de elaboração das mercadorias, como, por exemplo, é o caso da celulose para os papéis commodities e daí para os papéis especiais ou do aço bruto para os laminados e daí para os galvanizados ou ainda da petroquímica de 1^a geração para as resinas e daí para os plásticos de engenharia. Serão as ações voltadas para a superação dessa indesejável característica que poderão, efetivamente, significar vida nova para a indústria brasileira.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). Escreve mensalmente às quartas-feiras. www.ie.ufrj.br/gic E-mail: gic@ie.ufrj.br

Gesel-UFRJ vê Neoenergia como forte candidata em eventual compra de ações da Votorantim na CPFL Energia

(Fábio

Couto)

Holding tem fluxo de caixa bastante forte para aquisição de fatia na VBC Energia, avalia Nivalde de Castro.

Para o Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a eventual venda da participação da Votorantim na VBC Energia é uma negociação que faz sentido no atual contexto e que a Neoenergia pode ser uma forte candidata à compra dessa fatia, caso venha a ocorrer. Segundo o professor Nivalde de Castro, coordenador do Gesel-UFRJ, a negociação da Votorantim seria uma saída para a formação de caixa, após a realização de operações com derivativos no país, com as quais registrou perdas de cerca de R\$ 2,2 bilhões.

Castro observou que a Neoenergia é uma empresa com fluxo de caixa bastante forte e com poder de decisão mais ágil do que a Cemig, outra interessada no negócio. Ele avalia ainda que a operação faz mais sentido já que após a divulgação das perdas o Grupo Votorantim tentou vender, sem sucesso, fatia de até 49% do banco do grupo para o Banco do Brasil. "O setor elétrico não foi muito afetado com a crise. Basta ver o desempenho das ações", comentou.

O professor do Gesel acredita ainda que a Camargo Corrêa pode estar estudando exercer o direito de preferência, mas na avaliação dele, essa medida seria mais difícil, já que o setor de construção civil tem risco de desacelerar diante da crise. "O fluxo de caixa dela ficaria comprometido", destacou.

Reportagem publicada pelo jornal "Valor Econômico" nesta quarta-feira, 7 de janeiro, afirma que a Neoenergia está estudando comprar a participação da Votorantim na VBC Energia, acionista da CPFL Energia. Segundo o jornal, a holding teria autorização dos sócios para avaliar a fatia da Votorantim e teria contratado o Unibanco Investimentos para fazer o processo de avaliação.

A formação societária da CPFL Energia é composta pela VBC Energia (28,6%), Previ (31,1%) e por um consórcio de fundos de pensão - Fundação Cesp, Petros, Sistel e Sabesprev (Bonaire) - com 12,7%. A empresa tem ainda free float de 27,7%. A VBC Energia já teve a saída do Bradesco no negócio. Já a Neoenergia é controlada pelo Banco do Brasil (12%), Previ (49) e Iberdrola (39%). Em outubro, o grupo Votorantim reconheceu perda de R\$ 2,2 bilhões com a eliminação de exposição cambial em função de operações com swaps cambiais.